

Editorial

Temos bons motivos para festejar o reconhecimento público pela perspectiva que adotamos ao longo de todos esses anos de publicação, desde a época de criação da *Saúde e Sociedade* até o momento em que alcançamos os requisitos de indexação na base Scielo. Por este sistema, a Revista passou de mais de 300 mil acessos feitos até final do ano de 2008 para mais de 1 milhão de acessos até final de 2009.

Dentre as diversas ordens de razões que nos levam a colher os frutos da expansão de leitores, facilitada por esta via de divulgação, destacamos a perspectiva relacional que nos caracteriza e está presente no próprio nome da Revista. E, como não poderia deixar de estar, está presente também neste número, tanto em suas implicações teórico-intelectuais, como nas experiências relatadas.

Iniciamos com a proposta de interdisciplinaridade, que praticamente fundou a relação entre as ciências sociais e as ciências da saúde, abordada por autores de ambos os campos em outras publicações, aqui analisada por Leila Jeolás, sob o ângulo das implicações práticas do *risco* do ponto de vista da antropologia. Jeolás respalda suas sugestões de práticas de prevenção, ao propor um diálogo teórico entre a antropologia e o campo da saúde por este trajeto efetuado.

A antropologia está presente ainda, tanto na referência teórica à clássica tríade natureza-cultura-doença, estudada em uma comunidade de Manaus (AM) por Ana Cláudia F. Nogueira e Evelyne M. T. Mainbourg, como nas recentes pesquisas arqueológicas que apontam evidências biomoleculares da malária no Mediterrâneo desde a Antiguidade, evidências que contribuem para o próprio desenvolvimento da antropologia, segundo o artigo de Sabbatini e cols. E não deixa de marcar presença na abordagem etnográfica apresentada por Eliane Vargas sobre os usos da Internet por casais inférteis na conformação de condutas sociais e que, de modo ampliado, refletem o processo de individualização da cultura ocidental moderna.

A questão ambiental pode ser considerada uma indicação das necessárias reformulações

produzidas pela interdisciplinaridade do campo da saúde coletiva, questão tão mais presente quanto premente na ordem mundial e brasileira. Aqui, a idéia de natureza perde qualquer conotação “natural” e bucólica, deixa de ser um fator externo às relações humanas. Ao desvelar feições perversas dessas relações pela via dos determinantes sociais, o ambiente mostra-se como fator constitutivo do processo saúde-doença, quando não uma face visível de degradação em todos os planos de sociabilidade. Demonstrar esses processos requer a criação criteriosa de indicadores que permitam, inclusive - mas não só, legislar as relações que os produzem.

Helena Ribeiro e Thomas A. Ficarelli expõem, na forma de dilema, aquela que pode ser considerada uma contradição da relação saúde-ambiente no plano da sobrevivência de trabalhadores de canaviais de um município de São Paulo. Apegados ao trabalho, mesmo cômicos dos prejuízos das queimadas às quais eles próprios estão expostos, vêem-se diante da mecanização da sua atividade numa dupla dimensão: ao mesmo tempo em que diminui o esforço requerido no corte manual, constitui grande ameaça de desemprego.

André Sobral e Carlos M. de Freitas, por seu lado, indicam a necessidade de operacionalizar indicadores e propõem um modelo de organização a partir de metodologias que permitam análises integradas para explicar as iniquidades apontadas pelos determinantes socioambientais de saúde.

Este conjunto de artigos pode subsidiar futuros levantamentos e consubstanciar a leitura dos resultados do estudo sobre a incidência e distribuição mensal da meningite em um município do Paraná, apresentados por Caroliny Stocco e cols, sob o ângulo das repercussões de variáveis climáticas na saúde.

Radicalizando a necessidade de re-significação de conceitos em contextos sociais e de estudos interdisciplinares, a pesquisa elaborada por Chiara Pussetti, sobre emoções e saúde mental de imigrantes em Portugal, parte de uma crítica a abordagens

patologizantes de experiência migratória, que pode nos servir de espelho. Bem sabemos que não é só naquele país que o (i)migrante é estereotipado, conforme sua procedência, como “fraco” e responsável pela disseminação de doenças.

Ainda neste balanço de comparação com experiências de outros países, Daniele P. Sacardo e cols apresentam-nos as novas perspectivas de gestão na Espanha, a partir de uma análise documental da trajetória do sistema de saúde, que permitiu destacar os determinantes históricos das reformas espanholas no setor sanitário. Lá também se debatem em torno de questões relativas à imigração, ao avançado processo de transição demográfica, à crescente demanda por melhorias na qualidade da atenção e de incorporação tecnológica.

Grupos etários ou ciclos de vida estão presentes neste número da Revista em três artigos nos quais as práticas de atenção estão em foco. Políticas de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil e práticas (ou ausência delas) de atenção voltadas para deficiência auditiva em adultos são abordadas do ponto de vista da atenção destes problemas e de suas implicações sociais. Na mesma perspectiva, mas propondo um autor de referência para provocar mudanças nas práticas de proteção ao adolescente,

Sandro da R. Vieira e Cornélio P. Rosenberg levam em conta a integralidade como paradigma para a saúde pública.

Do ponto de vista das práticas profissionais, Nádia Z. Narchi apresenta o levantamento que lhe permitiu identificar barreiras pessoais e institucionais para aquisição de competências por não-médicos de serviços públicos para atuar na atenção à maternidade numa região da cidade de São Paulo. Já Ana Caroline Alves e Silva e cols, por seu lado, focalizam a motivação e o preparo de médicos para o trabalho em Estratégia Saúde da Família, em dois distritos “mais rurais” e um distrito urbano de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. Ainda neste ponto de vista, mas pelo ângulo da formação profissional, Heitor M. Pasquim sistematiza concepções de professores de educação física da USP e da Unicamp quanto ao ensino de saúde coletiva na graduação, para apontar as dificuldades curriculares para o “desenvolvimento da própria saúde coletiva”.

Juntamente com os relatos de experiência apresentados, agradecemos e convidamos os leitores a festejar conosco o lançamento de mais um número da *Saúde e Sociedade*.

Mara H. de Andréa Gomes

Pelo Conselho Editorial